DocuSign Envelope ID: 7546C700-8F0C-44F1-AD97-14FF2045E10A

HORTUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 09.000.493/0002-15

Mensagem da Administração

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço (https://gazetasp.com.br). O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.714	5.322	39.263	89.522
Títulos e valores mobiliários	5	5.176	34.993	5.863	35.856
Contas a receber	6	1.374	770	14.953	14.882
Estoques	7	6.917	7.004	112.833	106.097
Tributos a recuperar	8	2.500	2.202	10.050	20.809
Outros ativos circulantes	10	9.821	6.563	12.917	8.785
		31.502	56.854	195.879	275.951
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	47.661	30.034	47.661	30.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	11.191	11.191
Partes relacionadas	9	252.331	244.736	-	-
Depósitos judiciais	22	716	331	3.219	1.725
Tributos a recuperar	8	926	261	13.569	6.952
Outros ativos não circulantes	10	12.263	11.272	12.263	11.401
Investimentos	11	36.835	50.621	-	-
Imobilizado	12	9.377	9.041	167.690	152.849
Intangível	13	15.617	15.594	19.278	19.467
Direito de uso de ativos	14	20.111	27.856	262.402	265.179
		395.837	389.746	537.273	499.177
Total do ativo		427.339	446.600	733.152	775.128

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	15	82.664	68.067	137.823	126.768
Risco sacado	16	3.712	4.599	50.791	56.141
Empréstimos	17	45.542	40.743	58.067	66.202
Debêntures	17	4.325	4.572	4.325	4.572
Passivo de arrendamento	14	6.155	5.747	28.972	23.620
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	506	405
Salários, encargos e obrigações trabalhistas	18	13.017	12.396	31.729	27.475
Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	369	369	1.167	1.389
Obrigações tributárias	19	1.934	1.645	13.250	8.561
Tributos parcelados	20	2.191	1.801	18.536	11.069
Outros passivos circulantes		2.892	2.529	8.934	7.636
		162.801	142.468	354.100	333.838
Não Circulante					
Empréstimos	17	51.586	67.528	52.721	75.481
Debêntures	17	198.101	185.960	198.101	185.960
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	411
Passivo de arrendamento	14	19.432	27.188	273.957	269.836
Partes relacionadas	9	24.097	670	-	-
Tributos parcelados	20	4.954	3.015	24.909	14.924
Provisão para demandas judiciais	22	9.609	11.435	15.503	17.491
Provisão para perda de investimento	11	148.659	135.748	-	-
Outros passivos não circulantes		483	2.631	6.244	7.230
		456.921	434.175	571.435	571.333
Patrimônio líquido					
Capital social	23	143.578	143.578	143.578	143.578
Reserva de capital		3.291	3.290	3.291	3.290
Prejuízos acumulados		(339.252)	(276.911)	(339.252)	(276.911)
Patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas controladores		(192.383)	(130.043)	(192.383)	(130.043)
Total do passivo		427.339	446.600	733.152	775.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Reserva de capital			
	Capital social	Reserva de capital	Plano de opção de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
Saldo em 31 de dezembro de 2021	54.750	(7.981)	101	(210.743)	(163.873)
Aumento de capital	88.828	11.172	-	-	100.000
Pagamentos baseados em ações (Nota 31)	-	-	(2)	-	(2)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(66.168)	(66.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	143.578	3.191	99	(276.911)	(130.043)
Pagamentos baseados em ações (Nota 31)	-	-	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	(62.341)	(62.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.578	3.191	100	(339.252)	(192.383)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	25	72.718	75.377	1.098.729	953.870
Custo das mercadorias vendidas	26	(41.842)	(38.554)	(702.136)	(615.263)
Lucro bruto		30.876	36.823	396.593	338.607
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	26	(3.658)	(11.124)	(272.578)	(234.809)
Despesas administrativas	26	(4.324)	(6.070)	(58.376)	(56.683)
Equivalência patrimonial	11	(35.786)	(32.442)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	4.547	(5.740)	4.796	(3.949)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(8.345)	(18.553)	70.435	43.166
Receitas financeiras	28	6.966	7.449	9.239	9.807
Despesas financeiras	28	(60.962)	(55.064)	(139.815)	(117.916)
Resultado financeiro líquido	28	(53.996)	(47.615)	(130.576)	(108.109)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(62.341)	(66.168)	(60.141)	(64.943)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	21	-	-	(2.200)	(1.286)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	-	-	-	61
Prejuízo do exercício		(62.341)	(66.168)	(62.341)	(66.168)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				(62.341)	(66.168)
Acionistas não controladores				-	-
				(62.341)	(66.168)
Prejuízo básico por ação (expresso em Reais)	24			(0,8001)	(0,9081)
Prejuízo diluído por ação (expresso em Reais)	24			(0,8001)	(0,9081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(62.341)	(66.168)	(62.341)	(66.168)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(62.341)	(66.168)	(62.341)	(66.168)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			(62.341)	(66.168)
Acionistas não controladores			-	-
			(62.341)	(66.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(62.341)	(66.168)	(60.141)	(64.943)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	4.269	3.611	17.348	13.652
Amortização de direito de uso de ativos (Nota 14)	5.886	5.821	36.069	32.217
Cancelamento de contrato de arrendamento	-	-	-	(1.129)
Alienação de ativo imobilizado	-	-	66	88
Equivalência patrimonial (Nota 11)	35.786	32.442	-	-
Provisão para demandas judiciais	(1.810)	596	(1.653)	2.159
Provisão para perda nos estoques (Nota 7)	(110)	158	131	150
Perdas esperadas de crédito (Nota 6)	5	(1)	12	(18)
Valor justo de ativo destinado a venda	-	8.118	-	8.118
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamento, instrumentos derivativos financeiros e AVP	50.661	46.334	54.726	58.227
Despesas com pagamentos baseados em ações	1	(2)	1	(2)
Juros sobre arrendamentos (Nota 14)	3.873	4.459	43.393	33.822
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais				
Contas a receber	(609)	915	(83)	(2.772)
Estoques	197	763	(6.867)	(6.626)
Tributos a recuperar	(963)	880	3.293	(437)
Partes relacionadas, líquido	6.743	(13.430)	-	(2.050)
Outros ativos	(4.637)	(8.495)	(6.486)	(10.896)
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	14.597	727	11.055	17.241
Salários, encargos e obrigações trabalhistas	621	(7.634)	4.254	(8.540)
Obrigações tributárias e tributos parcelados	2.618	(343)	22.141	(2.476)
Outros passivos	(1.783)	3.855	60	3.810
Pagamento de demandas judiciais	(16)	(89)	(335)	(1.322)
	52.988	12.517	116.984	68.273
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.331)	(35.091)	(42.308)	(46.498)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.572)	(263)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	14.657	(22.574)	73.104	21.512
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	12.190	(51.600)	12.745	(45.969)
Aquisição de imobilizado	(1.908)	(444)	(29.076)	(53.563)
Aquisição de intangível	(2.720)	(3.640)	(2.740)	(3.650)
Aumento de capital em controlada	-	(152.200)	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	7.562	(207.884)	(19.071)	(103.182)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	100.000	-	100.000
Risco sacado	(887)	1.145	(5.350)	6.116
Captação de empréstimos e financiamentos	34.850	209.453	43.350	214.453
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(46.428)	(76.924)	(75.080)	(142.504)
Pagamentos de arrendamento mercantil - principal (Nota 14)	(9.362)	(9.245)	(67.212)	(55.427)
Fluxo de caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(21.827)	224.429	(104.292)	122.638
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	392	(6.029)	(50.259)	40.968
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.322	11.351	89.522	48.554
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.714	5.322	39.263	89.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	85.456	88.128	1.240.605	1.075.520
Outras receitas	88.315	76.471	9.698	5.081
Perdas esperadas de crédito (constituição)	(145)	19	(787)	178
	173.626	164.618	1.249.516	1.080.779
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(39.473)	(37.788)	(694.312)	(605.784)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.137)	(29.891)	(114.488)	(103.257)
Perda/recuperação de valores ativos	(2)	(187)	(147)	(474)
	(68.612)	(67.866)	(808.947)	(709.515)
Valor adicionado bruto	105.014	96.752	440.569	371.264
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	(10.155)	(9.432)	(53.417)	(45.869)
	(10.155)	(9.432)	(53.417)	(45.869)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	94.859	87.320	387.152	325.395
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(35.786)	(32.442)	-	-
Ajuste a valor justo de ativo destinado a venda	-	(8.118)	-	(8.118)
Receitas financeiras	6.966	7.449	9.239	9.807
	(28.820)	(33.111)	9.239	1.689
Valor adicionado total a distribuir	66.039	54.209	396.391	327.084
Pessoal				
Remuneração direta	(39.242)	(39.642)	(122.200)	(111.195)
Benefícios	(6.293)	(3.509)	(21.833)	(13.987)
FGTS	(1.948)	(2.057)	(6.816)	(6.319)
	(47.483)	(45.208)	(150.849)	(131.501)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(10.769)	(11.062)	(48.173)	(43.311)
Estaduais	(8.550)	(8.395)	(112.680)	(93.576)
Municipais	(971)	(959)	(6.132)	(5.729)
	(20.290)	(20.416)	(166.985)	(142.616)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros	(60.501)	(54.546)	(138.831)	(116.851)
Aluguéis	(106)	(207)	(2.067)	(2.284)
	(60.607)	(54.753)	(140.898)	(119.135)
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	62.341	66.168	62.341	66.168
	62.341	66.168	62.341	66.168
Valor adicionado distribuído	(66.039)	(54.209)	(396.391)	(327.084)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Hortus Comércio de Alimentos S.A. e suas controladas ("Companhia" ou "Hortus" ou "Grupo"), teve sua primeira loja inaugurada em novembro de 2002, atua predominantemente no segmento de comércio varejista de alimentos, sendo composto por 31 lojas físicas, sob as marcas "St Marche" em 31 de dezembro de 2023 (28 em 2022) e 2 lojas sob a marca "Empório Santa Maria" (2 em 2022) além de um Centro de Distribuição na cidade de Jandira - SP. A Hortus é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (CNPJ: 26.290.061/0001-24), fundo de investimento em participações gerido pela L Catterton, empresa de gestão de *private equity* com foco em bens de consumo e serviços diretos ao consumidor. **1.1. Estrutura de capital e capital circulante líquido:** Como demonstrado nestas demonstrações financeiras, a Companhia registrou prejuízo de R$ 62.341 e R$ 66.168 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, além de ter apresentado prejuízos acumulados de R$ 339.252 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 276.911 em 31 de dezembro de 2022), além de patrimônio líquido negativo de R$ 192.383 na Controladora e no Consolidado (R$ 130.043 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, o capital circulante líquido consolidado apresentou uma posição negativa de R$ 158.221 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 57.887 em 31 de dezembro de 2022). Na Controladora, a posição negativa é de R$ R$ 131.299 em 2023 (R$ 85.614 em 2022). Durante o exercício, a Companhia deu continuidade ao processo de reestruturação organizacional com o intuito de adequar sua estrutura de capital, dentre as medidas adotadas estão: a) reestruturação dos quadros de executivos, visando adequar as despesas administrativas; (b) reorganização societária, que está em andamento, com o intuito de reduzir o número de empresas do Grupo, por meio da incorporação das controladas pela controladora Hortus. Esse processo deve aumentar a produtividade e melhorar a gestão de caixa e tributária da Companhia; (c) Alongamento do prazo da dívida de curto prazo, permitindo que a Companhia mantenha seus investimentos de curto prazo; (d) Maturação das lojas novas que contribuirá para o aumento da rentabilidade e geração de caixa; (e) Além da expectativa da redução da taxa de juros para 2024 e 2025 que contribuirá para redução do custo da dívida. O fortalecimento da situação financeira permitirá que a Companhia mantenha o processo de abertura de novas lojas, sendo que no período de 2022 a 2023 foram 8 novas lojas, sendo 3 em 2023 e 5 em 2022. Os acionistas Controladores mantêm o compromisso com o sucesso da Companhia e apoiam a Administração com a execução da estratégia da Companhia de maximizar a utilização de seus ativos, sem renunciar à estrita disciplina financeira, visando o aumento de eficiência operacional e a geração de fluxo de caixa. A Administração também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os vencimentos contratados. Tal avaliação baseia-se no plano de negócios da Companhia, que por sua vez inclui ações futuras planejadas, abertura de novas lojas, premissas macroeconômicas. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio de continuidade operacional, já que Administração não pretende liquidar a Companhia ou cessar as suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares, exceto quando indicado de outra maneira. As divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua em bases anuais. A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, utilizou os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade das informações das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) informações provenientes de outras entidades participantes do mercado de varejo alimentício. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos. A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de março de 2024.

3. Políticas contábeis: As políticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas abaixo e nas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **3.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas e coligadas:** As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem, além da controladora Hortus Comércio de Alimentos S.A., as demonstrações financeiras das controladas relacionadas abaixo, cujos exercícios sociais são coincidentes e com práticas contábeis uniformes:

	Participação	Atividade principal	% de participação 2023	% de participação 2022
Empresas controladas:				
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Astrum Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Fides Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Via Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Fortis Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Alimentum ESM Restaurante Ltda.	Direta	Restaurante	100	100
Virtus Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Cresco Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100
Orbis Distribuição de Alimentos Ltda.	Direta	Centro de distribuição	100	100
Brandco Administração e Licenciamento de Marcas Ltda.	Indireta	Licenciamento de marcas	100	100

O controle de uma controlada é obtido quando a Companhia está exposta aos riscos ou detêm os direitos sobre retornos variáveis em tais controladas e possui poder de influenciar em suas decisões operacionais e financeiras. Todos os ativos e passivos, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a saldos e transações entre partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São contabilizados neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curtíssimo prazo e liquidez imediata, consideradas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. **3.3. Títulos e valores imobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber são compostas substancialmente por recebíveis de venda de mercadorias. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor das faturas, incluído os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas de vendas. As contas a receber são apresentadas líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. A provisão para perdas de crédito esperada é mensurada por meio da aplicação da abordagem simplificada, com a utilização de dados históricos. Adicionalmente, em determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento. A Companhia opera programas de cessão de recebíveis, sem direito de regresso. De acordo com o CPC 48 (equivalente ao IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, as contas a receber vendido são desreconhecidas quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios para a contraparte. **3.5. Estoques:** São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos necessários para trazer os estoques à sua condição de venda nas lojas, deduzidos das bonificações recebidas de fornecedores. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.6. Tributos sobre o lucro:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Os impostos correntes compreendem o imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Aplica-se a essa base uma alíquota de 15% acrescida de um adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulantes. Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, são divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pela Administração. **3.7. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos representam a participação societária da Companhia nas controladas. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método de equivalência patrimonial. **3.8. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear com base em taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

	Taxa média de depreciação anual
Benfeitorias e edificações em imóveis de terceiros	5 a 10
Infraestrutura	5 a 10
Equipamento e móveis	10 a 20

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. **3.9. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Os passos do teste foram os seguintes: Passo 1*:* comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de vendas, representativo para empresas de varejo. Para as lojas que demonstrem um valor contábil superior ao resultado do múltiplo, passa-se a um método mais detalhado, descrito no Passo 2. *Passo 2:* a Companhia compara o valor contábil com os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento real de vendas individualizado por loja e taxa de desconto. Como resultado dos passos elencados, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **3.10. Ativo intangível:** Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo. Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

	Taxa média de amortização anual
Software	5 a 10
Fundo de comércio	14

3.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não circulantes, partes relacionadas. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, outros passivos circulantes e não circulantes, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao custo amortizado (fornecedores, risco sacado e empréstimos). Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e Debêntures concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.12. Instrumentos financeiros derivativos:** Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* em 31 de dezembro de 2023. **3.13. Bonificação de fornecedores:** As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos comerciais. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de bonificações, em contrapartida do resultado do exercício como redutoras dos custos das mercadorias vendidas ou de despesas com vendas. **3.14. Arrendamentos:** *A Companhia como arrendatária:* A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando o custo de capital dos empréstimos obtidos pela Companhia. O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício. Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.15. Receita de venda de bens:** As receitas resultantes das vendas de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador. A Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47 - Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras. **3.16. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A provisão relacionada ao programa de participação nos lucros, quando ocorre, é reconhecida em contrapartida às "Despesas administrativas" e "Despesas com vendas". Essas provisões são baseadas em metas de resultados, devidamente aprovados pela Administração da Companhia. **3.17. Fornecedores:** São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. **3.18. Risco sacado:** A Companhia promove negociações junto aos fornecedores com o objetivo de alongar seus prazos de pagamentos. Essa transação é também denominada de risco sacado, ou antecipação de fornecedores. O prazo médio de pagamento das faturas incluídas no risco sacado é de 110 dias em 31 de dezembro de 2023 e (102 dias em 31 de dezembro de 2022). Dessa forma, foram assinados convênios junto a instituições financeiras que permitem a antecipação das contas a receber de seus fornecedores, com taxa de juros que variam entre 1,36% e 1,90% a.m. em 2023 (entre 1,37% e 1,75% em 2022). Os encargos financeiros embutidos na transação são registrados em "Juros de empréstimos, financiamentos, derivativos e risco sacado" no resultado financeiro. **3.19. Impostos sobre vendas:** As receitas do Grupo estão sujeitas a determinados tributos e contribuições, os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses tributos e contribuições referem-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

	Sigla	Alíquota
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias	ICMS	Diversas
Programa de Integração Social	PIS	0% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0% a 7,6%

3.20. Transações em moeda estrangeira: As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. Em cada período de fechamento, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de fechamento do período e ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado. As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
Descrição	2023	2022	2023	2022
Dólar americano	4,8407	5,2177	4,9956	5,1615
Euro	5,3516	5,5694	5,3994	5,4353

3.21. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a Administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste. O valor presente das compras de mercadorias, não vendidas em 2023 foi calculado considerando a taxa de 1,28% ao mês, (1,25% a.m. em 2022), apurada como a taxa média do custo dos empréstimos históricos, e é apresentado como redutor do saldo de estoques até o momento de sua realização. **3.22. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/ CPC 03 (R2). **3.23. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elabora Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor. Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as entidades de capital fechado e IFRS que não exige a apresentação da DVA. **3.24. Segmento operacional:** A Companhia regularmente administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de um único segmento operacional, o segmento de varejo. Neste segmento de operação, a Companhia tem diferentes canais de venda: lojas físicas e *e-commerce*. Adicionalmente, a Companhia efetua análises quantitativas e qualitativas conforme requer o pronunciamento contábil relacionado e não possui concentração de vendas para determinados clientes e todas as suas lojas estão localizadas no mesmo estado do país. **3.25. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer da Administração a utilização de premissas e estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações. Assim, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e não precisão, e têm impacto significativo em: Nota 7 - Estoques - As principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques; Notas 12 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; Nota 21 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados tais prejuízos fiscais; Nota 22 - Mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios; e Nota 14 - Determinação da taxa de juros incremental utilizada para desconto dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos e prazo do contrato que possuam clausulas de opção de renovação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.27. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **3.28. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são as seguintes: • Alterações ao CPC 26 /IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras; • Alterações ao CPC 23 / IAS 8 - Distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis; • Alterações ao CPC 32 / IAS 12 Tributos sobre o lucro – CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação; A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **3.29. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 - Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores. Data prevista de aplicação: períodos anuais com início a partir de 01/01/2024; • Alterações no CPC 26 / IAS 1 - Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante. Data prevista de aplicação: períodos anuais com início a partir de 01/01/2024; • Alterações no CPC 02 / IAS 21 - Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de cambiabilidade. Data prevista de aplicação: períodos anuais com início a partir de 01/01/2025; • Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de sale and leaseback. Data prevista de aplicação: períodos anuais com início a partir de 01/01/2024; Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

DIRETORIA: Bernardo José de Ouro Preto Santos - Diretor Presidente

Contador: João Carlos Mendes - CRC 1SP269314/O-4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.410.450, em 17 de maio de 2022, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Ordinária – artigo 1.242 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **IVO DIAS ROCHA** brasileiro, encarregado administrativo, portador da Cédula de Identidade RG n° 22.487.065-SSP/SP, inscrito no CPF/MF n° 124.753.478-21, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com **JOSEFA POSSIDÔNIO DA PAZ ROCHA**, brasileira, controladora de qualidade, portadora da Cédula de Identidade RG n° 25.388.897-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF n° 146.834.548-66, residentes e domiciliados na Rua Floriano Peixoto Lisboa, n° 221, Parque Fernanda, CEP 05888-090, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 2006, adquirida através de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de imóvel a vista, datado de 02 de fevereiro de 2006, celebrado com Jenauro Possidônio da Paz e Joseane Dantas da Paz; posse essa que se refere ao IMÓVEL situado na Rua Floriano Peixoto Lisboa, nº 221, antiga Rua Dez, correspondente a parte do lote 557 da quadra 13 do loteamento denominado "Parque Fernanda", nº 29º Subdistrito – Santo Amaro; imóvel esse cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte sob o nº 167.030.0104-8, imóvel esse que se acha registrado em área maior conforme a matrícula nº 309.752 deste Cartório. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos ANTÔNIO GONÇALVES GESTEIRA JÚNIOR, WANDA ERIKA LUNING GESTEIRA, JENAURO POSSIDÔNIO DA PAZ, JOSEANE DANTAS DA PAZ, MARCOS ROBERTO RIBEIRO, NESTOR CHAGAS DE LIMA, MARIA EURIDES DE LIMA, JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES,VANELICE SOUSA GONÇALVES RODRIGUES, VADEL EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA, JOSE VITOR PIRES, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 149, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 22 de abril de 2024. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.450.667, em 07 de fevereiro de 2023, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **ABEL CORREA**, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.420.268-3-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.977.568-19 e sua mulher **AMIRES PEREIRA DE OLIVEIRA CORREA**, brasileira, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19.413.772-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 144.024.868-07, casados sob o regime da comunhão universal bens, na vigência da Lei 6.515/77, conforme escritura de pacto antenupcial devidamente registrada nesta Serventia, no Livro 3 – Registro Auxiliar, sob o nº 8.535, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Gastão Raul Forton Bousquet, nº 102, Jardim Ypê, CEP 05797-000; os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 1998, adquirida através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel, datado de 26 de fevereiro de 1998; posse essa que se refere ao TERRENO situado na Rua Gastão Raul Forton Bousquet, nº 102, antiga Rua Treze, correspondente a parte do lote 383 da quadra O do loteamento denominado Jardim Ipê, 29° Subdistrito – Santo Amaro, com área de 126,62m², imóvel esse cadastrado na Municipalidade de São Paulo pelo contribuinte nº 183.062.0038-0. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos MOYSES DOS SANTOS, MARIA DE LOURDES BELARMINO DOS SANTOS, ALAMIR DOS SANTOS, ALAICE DOS SANTOS, HAMILTON DOS SANTOS, ALAÍDE DOS SANTOS, ADRIANA DOS SANTOS, FRANCISCO ANTUNES, ANNA DE OLIVEIRA ANTUNES, VERLENE FOGAÇA, ORLANDO FOGAÇA, HUGO TAKAMASSA WATANABE; e NAIR HARUYO IWAMOTO WATANABE, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 149, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 22 de abril de 2024. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.472.005, em 27 de junho de 2023, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **MIRIAN GEREZ**, brasileira, divorciada, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.148.726-0-SSP/SP, inscrita no CPF/MF n° 809.401.028-20; e **LUCIANA GEREZ CAMPOS**, brasileira, maior, solteira, geógrafa, portadora da Cédula de identidade RG nº 44.276.715-8-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 312.643.788-58, ambas residentes e domiciliadas na Avenida José Ribeiro Junqueira, n° 535 – Jardim Colinial – CEP 04821-020, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 1990, adquirida através de Compromisso Particular de Compra e Venda, datado de 29 de março de 1990, posse essa que se refere ao IMÓVEL situado na Avenida José Ribeiro Junqueira, nºs 525/535, antiga Avenida Colonial, e seu terreno com área de superfície de 521,68m², correspondente a parte dos lotes nºs 01-A, 01-B e 1-C da quadra 18, Gleba C, do loteamento denominado Jardim Colonial, 32° Subdistrito – Capela do Socorro; imóvel esse cadastrado na Municipalidade de São Paulo pelos contribuintes nºs 175.168.0001-4 (em área maior), 175.168.0002-2 e 175.168.0003-0; imóvel esse que se acha registrado conforme as matrículas nºs 163.842 (em área maior), 163.843 e 163.844. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos ARON TANDEITNIK, LUCIA KOILLER TANDEITNIK, ESTEBAN IGNÁCIO SCHREIBER, ANNA VERA SCHREIBER, JOSE KREIMER, MINA KREIMER, BENJAMIN KLAJMAN; E MARTHA KLAJMAN, NIVALDO DA SILVA, LUCIA KOILLER TANDEITNIK, JOSÉ GERALDO LUMA e MARIZILDA FERRAZ LUNA oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 149/2023, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 22 de abril de 2024. O Oficial.

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 22/04/2024 21:40:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br